



DESCONSTRUINDO MASCULINIDADES TÓXICAS: UM PROJETO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA NO INTERIOR DO PARANÁ

João Vítor da Costa¹, Tamara Tomitan Richter², Tânia Maria Gomes da Silva³

¹Academico do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBEX/FA/ICETI- UniCesumar. joao_costa@alunos.unicesumar.edu.br

²Coorientadora, Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. tamara.richter@hotmail.com

³Orientadora, Pós-doutora, docente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. tania.gomes@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de um projeto de intervenção com homens autores de violência contra a mulher, realizado em um município do interior do Paraná. A proposta visou promover reflexões críticas sobre masculinidades, vínculos afetivos e práticas violentas por meio de grupos reflexivos e oficinas de canto, realizados semanalmente ao longo de seis meses. A equipe responsável era composta por profissionais do sexo masculino, e os participantes foram encaminhados pelo Poder Judiciário ou pelo CREAS. A metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo conforme Bardin (2016), com aprovação do Comitê de Ética. Dos 25 homens encaminhados, apenas 11 aderiram ao grupo, e seis participaram da pesquisa qualitativa. Os dados revelaram a presença de concepções tradicionais de masculinidade, associadas à negação da vulnerabilidade, à autoridade e ao autocontrole. Além disso, observou-se negligência com a saúde, especialmente entre os participantes com doenças crônicas, o que confirma os achados da literatura sobre os impactos das construções de gênero no autocuidado. A experiência demonstrou o potencial transformador dos grupos reflexivos, que atuam não apenas sobre os comportamentos violentos, mas também sobre seus determinantes simbólicos e culturais. Logo, entende-se que a inclusão dessas práticas nas políticas públicas de saúde e justiça é fundamental para promover a responsabilização dos autores, a prevenção de novas violências e a construção de masculinidades mais saudáveis e igualitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades; Violência Doméstica; Violência contra a Mulher.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra meninas e mulheres, em especial o feminicídio, tem sido tema recorrente no meio acadêmico e na mídia. No entanto, há uma necessidade urgente de ampliar esse debate para além desses espaços, incluindo os homens enquanto parte ativa no enfrentamento da violência de gênero. Conforme Nothaft e Beiras (2019), é fundamental que os homens se envolvam na prevenção e conscientização de outros homens, considerando que esta violência é fruto de uma cultura patriarcal que impõe à mulher papéis de submissão e inferioridade. Ainda que o imaginário social relacione o perigo à esfera pública, a maioria das agressões ocorre em ambientes domésticos e familiares, cometidas por pessoas próximas às vítimas, como parceiros ou ex-parceiros (Instituto PDH, 2023).

A intervenção com homens autores de violência teve início no final do século XX, com os programas Emerge e Duluth Domestic Abuse Intervention Project (DIAP), nos Estados Unidos, os quais forneceram ferramentas ao sistema judiciário para combater a violência contra a mulher e promover a reeducação dos agressores (Antezana, 2012). No Brasil, apesar de iniciativas surgidas nos anos 1990, foi com a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, que os programas de reeducação foram incentivados no âmbito público (Brasil, 2006). Tais ações permitem problematizar normas de masculinidade hegemônica e criar possibilidades para relações mais saudáveis, beneficiando tanto mulheres quanto os próprios homens (Nothaft; Beiras, 2019).



Porém, essas intervenções enfrentam desafios complexos de ordem jurídica, ética, psicossocial e relacional. É necessário ir além da punição e discutir comportamentos violentos muitas vezes naturalizados, que não se limitam à agressão física (Antezana, 2012). A responsabilização efetiva depende de políticas públicas integradas e da articulação entre diferentes setores sociais. A falta de obrigatoriedade na participação em grupos reflexivos, por exemplo, reforça a impunidade e limita os efeitos dessas ações (Prates, 2013). Neste contexto, o presente estudo analisa a experiência de um grupo de intervenção com homens denunciados por violência em um município do interior do Paraná, visando contribuir para o aprofundamento de estratégias de enfrentamento voltadas aos agressores.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida por uma equipe multidisciplinar composta por homens e mulheres, mas optou-se porque o contato direto com os participantes fosse estabelecido por profissionais do sexo masculino: um psicólogo, um professor de canto e um acadêmico de medicina. O projeto teve duração de seis meses, com encontros semanais realizados em uma instituição filantrópica, divididos entre grupos reflexivos — mediados pelo psicólogo — e oficinas de canto. Estas oficinas foram planejadas como estratégia para criar vínculos entre a equipe e os participantes. Os homens atendidos foram encaminhados pelo Poder Judiciário ou pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e passaram inicialmente por um acolhimento individual, que incluiu anamnese psicológica e o confronto da acusação, momento em que era apresentada a imputação e concedida a oportunidade de manifestação do acusado.

O critério para participação foi o encaminhamento de autores de violência em situação de vulnerabilidade ou risco social por órgãos públicos de um município do interior do Paraná. O projeto foi financiado com recursos da Fundação Araucária (FA). Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os participantes, visando compreender suas percepções sobre masculinidade e violência, bem como levantar informações gerais sobre sua saúde. A análise dos dados seguiu os preceitos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer CAAE nº 82023824.3.0000.5539.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ADESÃO AO GRUPO

Dos 25 homens encaminhados pelo poder público para participação no projeto, apenas 11 compareceram integral ou parcialmente às atividades propostas, resultando em uma taxa de adesão de 44%. Para estimular a permanência dos participantes, a equipe adotou estratégias como valorização da pontualidade, duração limitada dos encontros a uma hora e a oferta de coffee break semanal. Essas ações contribuíram para a construção de vínculos e melhor engajamento nas atividades propostas.

3.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa seis homens que aceitaram responder a um questionário semiestruturado. Dois se autodeclararam casados, dois em união estável e dois solteiros; cinco relataram ter filhas, filhos ou enteados. As idades variaram entre 27 e 65 anos, com predominância da faixa etária dos 50 anos. Quanto à escolaridade, houve diversidade: desde ensino fundamental incompleto até curso técnico. Metade atua como autônomo e



metade como servidor público. Esses dados fornecem um panorama da heterogeneidade do grupo atendido e de suas condições sociais e familiares.

3.3 DISCUSSÕES SOBRE MASCULINIDADE

Durante as entrevistas, os participantes foram questionados sobre temas relacionados à masculinidade, em suas várias formas e significados, a fim de compreender a percepção do grupo sobre o tema. As respostas evidenciaram crenças ainda vinculadas à estereótipos tradicionais de gênero, ainda atrelados intimamente ao patriarcado, revelando a necessidade de espaços que estimulem a problematização crítica desses conceitos e das práticas que deles derivam.

3.4 DOENÇAS E AGRAVOS À SAÚDE

Entre os participantes, predominam doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemias. A maioria dos entrevistados declarou buscar atendimento médico apenas em casos extremos, sendo 83% sedentários e com pouca atenção à alimentação. Isso revela um baixo nível de autocuidado, fortemente influenciado por construções sociais de masculinidade que associam vulnerabilidade a fraqueza (Courtney, 2000). Essa lógica é reforçada por instituições sociais que historicamente associam o cuidado com a saúde a uma prática feminina (Schraiber, 2012). Assim, a masculinidade normativa constitui uma barreira à promoção da saúde, afetando não apenas os próprios homens, mas também suas relações familiares e afetivas.

3.5 POTENCIAL DE MUDANÇAS

O projeto mostrou que é possível promover mudanças significativas ao propor espaços coletivos de escuta e reflexão crítica, conforme previsto nos artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). Os grupos reflexivos atuam como dispositivos psicossociais capazes de desconstruir concepções violentas de masculinidade, estimulando os participantes a revisarem comportamentos e relações. A psicologia, nesse contexto, tem papel central ao articular aspectos clínicos e sociais, promovendo responsabilização sem revitimização, reconhecimento de afetos e construção de novas formas de lidar com conflitos. O cuidado com a saúde masculina, sobretudo a mental, deve estar integrado às políticas de igualdade de gênero. Ao proporcionar o contato com a vulnerabilidade e a construção de novas identidades baseadas na empatia e no respeito mútuo, o projeto evidenciou o potencial transformador dessas iniciativas.

Tais espaços devem ser consolidados como parte das políticas públicas de saúde e justiça, promovendo a responsabilização e educação social dos autores de violência. Também é fundamental investir na formação ética e crítica dos profissionais envolvidos nesses grupos, ampliando a capacidade de transformação social. Mais do que intervir em comportamentos isolados, é necessário transformar os significados atribuídos à masculinidade, abrindo espaço para práticas mais cuidadosas, igualitárias e humanizadas por parte dos homens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do projeto evidenciaram a necessidade premente de ampliação dos grupos de reflexão e intervenção com homens autores de violência, consolidando essa prática como uma política pública de âmbito nacional. Tal medida mostra-se fundamental para a prevenção de reincidências, por meio da promoção do diálogo e da desconstrução



de crenças machistas e misóginas, profundamente enraizadas na cultura contemporânea. Ademais, verificou-se o potencial transformador da arte, especialmente da música, como ferramenta de sensibilização e conscientização social. Por fim, destaca-se a importância de um olhar ampliado sobre a saúde do homem, sendo imprescindível a formulação de estratégias que promovam uma melhor compreensão sobre o cuidado de si e incentivem práticas de autocuidado e prevenção.

REFERÊNCIAS

ANTEZANA, Alvaro Ponce. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Nova perspectiva sistêmica**, v. 21, n. 42, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.38034/nps.v21i42.121>>. Acesso em 13 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOHALL, G.; BAUTISTA, M.-J.; MUSSON, S. Intimate Partner Violence and the Duluth Model: An Examination of the Model and Recommendations for Future Research and Practice. **Journal of Family Violence**, v. 31, n. 8, p. 1029–1033, 11 out. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309030096_Intimate_Partner_Violence_and_the_Duluth_Model_An_Examination_of_the_Model_and_Recommendations_for_Future_Research_and_Practice>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. PLANALTO. **Lei no 11.340**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DA COSTA, João Vítor et al. Prevalência de transtornos comportamentais e mentais em mulheres que sofreram violência doméstica e a atuação do profissional de saúde: um estudo de caso em Maringá-PR (2015-2019). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 3, p. e3641, 2024. Disponível em: <<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/3641>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

INSTITUTO PDH. **Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres. 2. ed.** São Paulo: Instituto PDH, 2023. Disponível em: <<https://institutopdh.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Como-conversar-com-homens-3010-compress.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**. V. 27, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/ref/a/NhwDZmdztnb8WYrFsWXFr8S/>>. Acesso em 27 nov. 2024.

PRATES, Paula Licursi. A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. **Tese - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-10102013-102151/pt-br.php>>. Acesso em: 3 jan. 2025.